

ORA newsletter

Nº 60 – JANEIRO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Dezembro de 2011	1
Verificação das Entradas em Espécie para Realização do Capital das Sociedades	3
Revisores e Auditores	5

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – DEZEMBRO DE 2011

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2011, de 7 de Dezembro - Estabelece o regime de indisponibilidade das acções objecto da venda directa de referência, no âmbito da 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S.A..

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2011, de 7 de Dezembro - Aprova o caderno de encargos da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de Novembro.

Ministério das Finanças - Despacho n.º 16569/2011, de 7 de Dezembro - Garantia pessoal do Estado no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo BCP, S.A..

Ministério das Finanças - Despacho n.º 16670/2011, de 12 de Dezembro - Privatização da EDP - fixação do pagamento inicial.

Presidência do Conselho de Ministros - Despacho n.º 16818-A/2011, de 14 de Dezembro - Altera o despacho n.º 16145/2011, de 29 de Novembro, que cria a comissão especial para acompanhamento da 8.ª fase de reprivatização da EDP - Electricidade de Portugal, S. A..

Assembleia da República - Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro - Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2011, de 16 de Dezembro - Determina a admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar nas subsequentes fases do processo de alienação das acções objecto de venda directa de referência no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

Ministério das Finanças - Despacho n.º 16997-A/2011, de 19 de Dezembro – REN - Segunda fase do processo de alienação de acções.

1/5

ORA newsletter

Nº 60 – JANEIRO/2012
(circulação limitada)

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2011, de 26 de Dezembro - Selecciona a proposta vencedora para a aquisição de acções do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., objecto de venda directa de referência.

Ministério das Finanças - Aviso n.º 24866-A/2011, de 28 de Dezembro - Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 317/2011, de 30 de Dezembro - Fixa a taxa a pagar pelas empresas de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, a favor do Instituto de Seguros de Portugal, para o ano de 2012.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 119/2011, de 26 de Dezembro - Estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros por parte do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, para o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos.

Banco de Portugal - Aviso n.º 9/2011, de 30 de Dezembro - Actualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos activos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, decorrente da publicação da Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho. Em concreto, são abrangidos os Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2007, relativo ao risco de crédito, n.º 7/2007, relativo às operações de titularização, n.º 8/2007, relativo à cobertura de riscos de mercado e n.º 10/2007, relativo aos requisitos de divulgação de informação.

Assembleia da República - Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.

Assembleia da República - Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2012.

Assembleia da República - Lei n.º 64-C/2011, de 30 de Dezembro - Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015.

ORA newsletter

Nº 60 – JANEIRO/2012
(circulação limitada)

VERIFICAÇÃO DAS ENTRADAS EM ESPÉCIE PARA REALIZAÇÃO DE CAPITAL DAS SOCIEDADES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas emitiu recentemente um Projecto de Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) para a verificação das entradas em espécie para realização de capital das sociedades, que será ainda submetido ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria com vista à emissão de um parecer prévio vinculativo.

Neste artigo procuramos apresentar as principais alterações introduzidas à anterior versão de Dezembro de 2001.

Introdução

Nesta versão os exemplos de “entradas em espécie” são um pouco mais detalhados, destacando-se os seguintes activos: i) Terrenos, edifícios, equipamentos fabris, mobiliário, viaturas e outro material de transporte; ii) Marcas, patentes, alvarás, direitos de propriedade e de arrendamento; iii) Mercadorias, matérias-primas, produtos; iv) Títulos e partes sociais; v) Direitos de crédito relativos a prestação suplementar ou acessória, empréstimo, suprimento, adiantamento, abono, avanço ou fornecimento; vi) Outros activos ou conjuntos de activos líquidos de passivos.

Objectivo

Relativamente ao objectivo de proporcionar orientação técnica quanto aos procedimentos a adoptar neste tipo de trabalho, deverá ser considerada a DRA 700 – Relatório de Revisão/Auditoria e a DRA 800 – Relatório do Revisor/Auditor sobre Trabalhos com Finalidade Especial, na parte relativa à conformidade com requisitos contratuais ou legais.

No Projecto em análise foi acrescentado que deverão ser ainda consideradas as orientações da ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam auditorias ou revisões de informação financeira histórica, emitida pela IFAC.

ISAE 3000

A finalidade desta Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de fiabilidade (ISAE) é a de estabelecer princípios básicos, procedimentos essenciais e a de proporcionar orientação a “profissionais executores” para a execução de trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou revisões de informação financeira histórica abrangidas pelas Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) ou pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Exames Simplificados (ISREs).

Requisitos

Quanto às considerações sobre a existência e condição dos bens (parágrafos 9 a 12), não existem alterações significativas.

3/5

ORA newsletter

Nº 60 – JANEIRO/2012
(circulação limitada)

Considerações sobre a avaliação dos bens

O ROC é sempre responsável pela adequação dos critérios de avaliação utilizados, quer a avaliação tenha sido realizada por si, quer por terceiros. Na maioria dos casos o critério mais adequado é o da avaliação dos bens pelo justo valor.

Na versão actual da DRA 841, foram actualizados os normativos que deverão servir de orientação, devendo passar a ser consideradas as disposições sobre a avaliação dos bens pelo justo valor constantes no Sistema de Normalização Contabilística através das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) relevantes (casos das NCRF 6 – Activos Intangíveis e NCRF 7 – Activos Tangíveis) ou as disposições constantes das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia.

Documentação

A documentação não fazia parte da versão de Dezembro de 2001. No actual Projecto são introduzidos dois novos parágrafos.

No parágrafo 22 é referido que o ROC deve documentar todas as matérias que sejam significativas para proporcionar prova suficiente e apropriada que suporte as conclusões nas quais se baseia o relatório emitido, e no parágrafo 23, que a documentação deve ainda incluir um registo do raciocínio do ROC sobre todos os assuntos significativos que exijam o exercício de julgamento profissional e conclusões relacionadas.

Apêndice

Na presente versão da DRA 841 é apenas apresentado um Modelo de Relatório, enquanto na versão anterior eram três os modelos: (i) entrada em espécie, sendo a avaliação efectuada por terceiro; (ii) entrada em espécie, sendo a avaliação efectuada por revisor independente; e (iii) entradas em dinheiro posteriormente utilizadas em aumento de capital social.

Data de Entrada em Vigor

Esta DRA é aplicável aos Relatórios de Verificação de Entradas em Espécie a emitir em ou após 1 de Janeiro de 2012.

- Paulo Henriques -

Bibliografia

- *Directriz de Revisão/Auditoria 841 – Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das Sociedades, de Dezembro de 2001.*
- *ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica.*

ORA newsletter

Nº 60 – JANEIRO/2012
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente a sua Newsletter nº 3/11 em que salientamos pelo seu interesse as seguintes informações:

- i) **Proposta de emendas à Directiva de Auditoria e Regulamento para a Auditoria de Entidades de Interesse Público (EIP)** - A Comissão Europeia publicou recentemente um conjunto de propostas legislativas sobre a auditoria no seguimento de um amplo processo de consulta que incluiu o Livro Verde da Comissão sobre a política de auditoria. As propostas têm como objectivo restaurar a confiança nas auditorias realizadas na UE e vêm incluídas num pacote legislativo denominado “Reforma do Mercado de Auditoria”, cujos principais objectivos são: i) clarificar e definir com mais precisão o papel do auditor; ii) reforçar a independência e cepticismo profissional do auditor; iii) fazer com que o mercado de auditoria relativo às grandes empresas seja mais dinâmico; iv) melhorar a supervisão dos auditores; v) facilitar a prestação transfronteiriça de serviços de auditoria, e vi) reduzir os encargos administrativos desnecessários das PME.
- ii) **Proposta de Directiva da Contabilidade** - A Comissão Europeia emitiu também recentemente uma proposta de Directiva que abrange as demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras consolidadas e os respectivos relatórios de gestão de certos tipos de empresas. Esta proposta de Directiva irá substituir a Quarta e Sétima Directivas da UE que estão actualmente em vigor, estando o respectivo prazo de transposição no direito de cada Estado-Membro estabelecido para 1 de Julho de 2014.

Todas estas propostas da Comissão Europeia, que serão ainda alvo de apreciação pelos organismos competentes da União Europeia (UE) surgem na sequência de outros documentos que abordam a necessidade de legislação comunitária da mais alta qualidade, no respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, garantindo simultaneamente que os encargos administrativos das empresas sejam proporcionais aos benefícios que elas trazem.

Os documentos originais em língua inglesa (dado que ainda não estão disponíveis em língua portuguesa) podem ser consultados nos seguintes endereços electrónicos:

http://ec.europa.eu/internal_market/auditing/reform/index_en.htm

http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/sme_accounting/review_directives_en.htm

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.